

Espaço e sobredeterminação ¹

Rodolfo de Souza Lima

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo defender que há contribuições do marxismo althusseriano à geografia crítica e em específico, ao principal conceito desta área da ciência, que é o de espaço geográfico e vice-versa, ou seja, como que o conceito de espaço pode desenvolver a corrente althusseriana. Tal defesa do marxismo althusseriano se coloca em um período de crise do marxismo neste campo científico, com o fortalecimento do humanismo teórico, teorias liberais e pós-modernas, em que retomar o potencial crítico e científico do marxismo é fundamental.

Nos posicionamos dentro do marxismo, ao trazer elementos para retomar um debate inacabado nesse campo da geografia, no qual o diálogo teórico com a escola althusseriana foi abandonado, sem ao menos uma crítica sistemática ao seu edifício teórico, apesar de algumas pedras lançadas às suas janelas, tal como demonstra Pedrosa (2013;2015). De fato, se há uma retomada dentro do campo da filosofia, sociologia, ciência política, no direito e outras áreas das humanidades sobre a importância e o potencial analítico da escola althusseriana (Motta, 2012; Naves, 2010; Pinheiro, 2016), isso praticamente inexistente na geografia, ao menos de forma explícita.

Dentre muitos outros aspectos dos debates realizados pela escola althusseriana que poderíamos ressaltar, dados aos limites deste artigo, optamos por destacar a contribuição do debate acerca das estruturas, da sobredeterminação e das suas implicações ao conceito de espaço geográfico. Nosso recorte irá cobrir a relação entre o pensamento produzido por Althusser e o grupo composto inicialmente por autores como Étienne Balibar, Roger Establet, Jacques Rancière e Pierre Macherey, no início da década de 60, e os geógrafos que foram influenciados pelas obras *Por Marx* (Althusser, 2015) e *Ler o Capital*

¹ O artigo buscava trazer resultados parciais da pesquisa de doutorado em andamento, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), através do projeto (processo nº 2019/11129-0) intitulado “A territorialização da política de desenvolvimento rural - Alianças Produtivas do Banco Mundial: um estudo comparativo entre São Paulo, Santa Catarina e Paraná” orientado pelo Prof. Dr. Ricardo Pires de Paula.

(Althusser; Rancière; Macherey, 1979; Althusser; Balibar; Establet, 1980). Nesse sentido, retomamos a problemática e importância dos conceitos espaciais à escola althusseriana. Também, iremos fazer uma breve explanação de como tais conceitos aparecem em nossa pesquisa de doutorado.

O Marxismo althusseriano

As obras *Por Marx* (ALTHUSSER, 2015) e *Ler o Capital* (Althusser; Rancière; Macherey, 1979; Althusser; Balibar; Establet, 1980), apresentam as principais teses deste grupo ou escola, acerca da dialética materialista e sobredeterminação, os conceitos de estrutura e das instancias, muito caros aos althusserianos, ajudaram a promover uma renovação do marxismo. De tal sorte, que para os althusserianos, o marxismo é uma ciência, com duas disciplinas, o materialismo dialético e o materialismo histórico. Enquanto o primeiro se preocupa a história da produção dos conhecimentos, a segunda tem como objeto a história, ou como diria Althusser, é “a ciência dos modos de produção, de seu funcionamento e das formas de transição que fazem passar de um modo de produção a outro” (2007, p.31).

Enquanto teoria, para o materialismo histórico, a totalidade deve ser entendida como estrutura complexa-estruturada pelas estruturas econômico, jurídico-política e ideológica. Em cada modo de produção há uma estrutura dominante sobre as outras e cada instancia possui sua autonomia relativa, porém, há uma sobredeterminação entre elas, mesmo que determinadas em última instancia pelo econômico.

Essa análise permite entender os deslocamentos e as multiplicidades de contradições em um modo de produção, contrapondo-se as leituras economicistas do marxismo, cujas estruturas são derivadas, ou simples expressões do econômico, que apareceriam de forma reificada ou alienada no político e no ideológico.

É notório que os althusserianos priorizaram o conceito de tempo e temporalidade em suas elaborações teóricas (Morfino, 2010), enquanto os conceitos espaciais, tal como já apontava Milton Santos (2012), apareciam como metáforas – continente da História, região do modo de produção, etc – e não tiveram o mesmo tratamento teórico aprofundado, ou seja, a partir da elaboração conceitual.

De maneira geral, entende-se o conceito de tempo a partir da uma pluralidade temporal, ou seja, não há um tempo absoluto como na perspectiva hegeliana, mas múltiplas temporalidades que se desenvolvem de maneira desigual e combinada.

Contudo, essas temporalidades, para os althusserianos, podem ser entendidas a partir de instancias do modo de produção e/ou formação econômico social. Quer dizer, as instancias econômicas, jurídico-políticas e ideológicas possuem suas próprias temporalidades, autonomia relativa uma das outras, embora sejam sobredeterminadas, possibilitando, por exemplo o entendimento de cada estrutura e sua desigualdade temporal em relação as outras e suas articulações. Contudo, a crítica de Santos (2012) é novamente valida, pois nesta elaboração o espaço é utilizado somente como metáfora para delimitar, com fronteiras não rígidas, o lugar onde se desenrolam os elementos das estruturas, ou como era dito, das regiões do modo de produção da “tópica”. Logo, o espaço não seria mais do que um palco que não afeta os elementos dos processos.

O conceito de modo de produção confere uma alta abstração e universalidade, enquanto a a formação social, por outro lado, estuda uma formação concreta e específica, entendendo sempre que há um modo de produção dominante sobre outros modos de produção dominados. Tal conceito tem o mérito, dentre outros, de nos dar ferramentas para compreender a persistência de modos de produção e classes sociais anteriores ao modo de produção dominante, assim como a particularidade do modo de produção, classes sociais e formas de luta cada formação econômico-social.

Conforme a síntese de Poulantzas, esse teria sido um avanço dado a teoria marxista por Lenin, definindo a formação econômico social como “uma combinação particular, uma sobreposição específica de vários modos de produção [...] uma unidade complexa com dominância de um certo modo de produção sobre os outros que a compõem” (Poulantzas, 2019, p.19) O modelo da pluralidade temporal é novamente aplicado e o conceito de espaço tem um papel mais destacado do que no anterior, pois torna-se necessário o estudo histórico e geograficamente determinado, contudo, ainda sem uma teorização específica.

Entendemos que uma leitura materialista, deve-se sempre falar em espaço-tempo, uma vez que segundo Lenin, “o materialismo é obrigado a reconhecer a realidade objetiva do tempo e do espaço [...] a matéria e o movimento não podem mover-se de outro modo que no espaço e no tempo” (1975, p.219-221, tradução nossa). Por outro lado, deve-se levar em consideração a especificidade do espaço em relação ao tempo. Pois não apenas exigem metrificações diferentes, mas enquanto o tempo é passageiro, o espaço perdura, é possível se mover nele, assim como revertê-lo (Harvey, 2005).

Manuel Castells: espaço e modo de produção

Atualmente, inclusive no campo da geografia, há muitos debates e compreensões sobre uma teoria do espaço a partir do materialismo histórico. Não iremos nos deter em tais teorias, como alertado na introdução, mas buscar resgatar os autores que se propuseram, em determinados momentos, a realizar um diálogo com a corrente althusseriana, tais como Manuel Castells (2021), Milton Santos (1977; 2012) e Ruy Moreira (2013; 2018).

Castells (2021) em seu livro *A questão urbana* (2021), escrito nos anos 70-71 – lembramos que autor já apresentava o abandono dessa perspectiva teórica em 75 -, buscava aplicar os conceitos althusserianos à questão espacial e urbana. Para o autor, não havia como construir uma teoria do espaço fora de uma teoria social mais geral. Toda teoria espacial, portanto, estaria subordinada e faria parte de uma teoria social. Logo, as formas espaciais seriam produto dos processos sociais historicamente determinados e da estrutura social. A teoria do espaço seria uma especificação da teoria da estrutura social:

[...] a relação entre sociedade e espaço [...] é função da organização específica dos modos de produção que coexistem historicamente (com o predomínio de um dos dois) numa formação social concreta, bem como da estrutura interna de cada um destes modos de produção (Castells, 2021, p.117)

O autor defendia que o estudo do espaço passava por analisar a relação do espaço com o modo de produção, portanto das suas instancias ou estruturas econômicas, jurídico-política e ideológicas, assim como a combinação de modos de produção e práticas em uma formação social concreta em sua expressão espacial.

Analisar o espaço enquanto expressão da estrutura social resulta, conseqüentemente, em estudar sua modelagem pelos elementos do sistema econômico, do sistema político e ideológico, bem como pelas combinações e práticas que decorrem dele. (Castells, 2021, p.195)

Logo, seguindo a problemática althusseriana, os estudos espaciais deveriam passar pelo entendimento: a) do sistema econômico, quer dizer, relações produção, força de trabalho, meios de produção, do não trabalho, relações de propriedade e apropriação

real e sua expressão espacial através da produção, circulação e consumo; b) do sistema político, das relações de dominação, regulação, integração, repressão e sua expressão espacial como a divisão espacial administrativa e seus locais de “gestão” e ação dos aparelhos estatais nos outros sistemas; c) e o sistema ideológico e sua relação com o espaço, como “[...] os significantes são construídos de formas espaciais e os significados, de conteúdos ideológicos [...]” (Castells, 2021, p.196). Deve-se levar em consideração a combinação das três instancias, e como um influi no outro, assim como a persistência de formas espaciais de estruturas anteriores.

Em nossa leitura, os limites dessa teorização de Castells encontra-se, primeiramente, em entender o espaço como expressão da estrutura social. O conceito de expressão foi largamente criticado pela corrente althusseriana pois remete a ideia de totalidade expressiva, de cunho idealista e hegeliano, como se fosse uma manifestação da estrutura social, sua real essência. Talvez o modo mais adequado de tratar esse problema seria entender o espaço como a estrutura social espacializada e não sua mera expressão. Quer dizer, não é possível entender uma teoria espaço sem uma teoria social geral, mas também não é possível entender a teoria social, referenciando a citação alhures de Lenin, fora do tempo e do espaço.

Outra crítica é que Castells embora ressalte que as formas espaciais “ecológicas”, ou formas espaciais pré-existentes, combinam-se as novas, criando novas situações e limites, o autor pouco diz sobre como a forma espacial estruturada pelo modo de produção dominante também impõe limites ao seu próprio desenvolvimento. Esse é um aspecto que Lefebvre (1973) e sobretudo Harvey (2005; 2013; 2014) tentaram se debruçar desde a perspectiva do humanismo teórico. Harvey, por exemplo, a partir dos conceitos de ajuste espacial e acumulação por espoliação, buscava demonstrar como o capital enfrenta limites a partir da própria forma espacial que engendra e assim como tenta superar suas crises de acumulação e partir da produção e expansão espacial.

Milton Santos: o espaço como objeto e instancia social

O geógrafo Milton Santos no seu livro *Por uma nova geografia* (2012) e o artigo *Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método* (1977), publicados na segunda metade da década de 70, foi o momento do autor em que mais dialogou, mesmo que de maneira crítica, com a corrente althusseriana – Castells incluso -, incorporando alguns de seus conceitos. Vale dizer que a obra de Santos, mesmo neste

período, já congregava diversas correntes do pensamento crítico, indo de Jean Paul Sartre à Henri Lefebvre. Por isso seria necessário um estudo específico para demonstrar qual foi efetivamente a contribuição althusseriana em sua obra, porém tentaremos colocar em linhas gerais seus principais aspectos.

Nessa época, o debate interno na geografia foi marcado pela crítica à geografia tradicional e ao neopositivismo e a necessidade de uma renovação teórica que colocasse no centro uma ciência comprometida com a justiça social e, que denunciasse as desigualdades socioespaciais. Um grupo de geógrafos acreditava no potencial do marxismo, portanto do materialismo histórico, para refundar essa ciência – embora esse projeto nunca tenha se consolidado – e Santos foi um dos percussores.

Na obra *Por uma nova Geografia*, o autor fez uma grande contribuição ao defender que o objeto de estudo da geografia era o espaço geográfico. Ao fazer isso, Santos abriu o caminho para a definição de um objeto próprio, permitindo o seu desenvolvimento e a consolidação da geografia como ciência social. Na sua definição de espaço, Santos não o compreendia enquanto um fato social, palco ou receptáculo dos fenômenos naturais e sociais. Aqui o autor se vale do debate althusseriano da autonomia relativa das estruturas para afirmar que o espaço é uma estrutura com autonomia relativa das demais, da estrutura econômica, jurídico-política e ideológica (Santos, 2021, p. 265). Seria, portanto, a quarta instância social, o objeto de estudo da geografia.

Outra concepção influenciada pelo marxismo althusseriano é a sua crítica do economicismo, ou seja, de que seria um equívoco querer deduzir o espaço somente da estrutura econômica. Citando a socióloga althusseriana Marta Harnecker (Santos, 2012, p.183) e Althusser, afirmava:

Quando Althusser (ver M. Harnecker, 1973, p.151) lamenta que o ‘nível econômico’ não seja uma teoria complementarmente elaborada do fato, o faz, dentre outras razões, por ela não se preocupar com as outras instâncias; deve-se enlarguecer a observação para assinalar que o espaço *como uma instância analítica* é um esquecido do marxismo [...]" (Santos, 2021, p. 265)

Em contrapartida, Santos defendia que o espaço era determinado pelas demais instâncias e também as determinava. Porém, apesar de adotar o princípio althusseriano da implicação recíproca das instâncias, não é possível afirmar que Santos se valia do

conceito de sobredeterminação. Em suma, na concepção de Althusser em Por Marx (2015, p.167-168), a sobredeterminação das estruturas estava relacionada a identificação da contradição principal e secundária, do aspecto principal da contradição, do índice de dominância de uma estrutura sobre a outra, da determinação em última instância, etc. Já Santos, por sua vez, afirmava que as estruturas são sempre subordinadas-subordinantes, sem a possibilidade de dominância. De fato, para o autor, a estrutura é a totalidade e as demais instâncias são subestruturas. Nesse campo, Santos critica a concepção de totalidade-complexa-estruturada e incorpora a obra *História e Consciência de Classe* de György Lukács de forte influência hegeliana para defender a “[...] a primazia corresponde à totalidade como estrutura, a qual está acima das suas subestruturas” (Santos, p.2012, p.184).

O espaço tem um papel ativo na sua relação de subordinação-subordinante com as demais estruturas. Esse papel ativo Santos chamava de *inércia dinâmica*, ou seja, em obras posteriores irá conceitua-lo de sistema fixos e fluxos e depois sistema de objetos e sistemas de ações, ou seja, a inércia dos objetos espaciais, como prédios, estradas, construções, e sua dinâmica dada pelas relações sociais que as anima. De forma que a característica particular do espaço seria durabilidade, muitas vezes formados por modos de produção precedentes e que são restaurados, reativados e modificados pelo modo de produção atual:

O papel específico do espaço como estrutura da sociedade vem, entre outras razões, do fato de que as formas geográficas são duráveis e, por isso mesmo, pelas técnicas que elas encarnam e às quais dão corpo, isto é, pela sua própria existência, elas se vestem de uma finalidade que é originalmente ligada, em regra, ao modo de produção precedente ou a um de seus momentos. Assim mesmo, o espaço como forma não tem, de modo algum, um papel fantasmagórico, pois os objetos espaciais são periodicamente revivificados pelo movimento social. (Santos, 2012, p.186-187).

Santos irá fundamentar o conceito que, em nossa análise, seria o mais importante desse período, que é o de formação socioespacial. Em seu artigo *Espaço e sociedade* (1977), o geógrafo dialoga diretamente com a tradição marxista e incorpora o conceito de formação social da corrente althusseriana, ou seja, a formação social é a combinação de

modos de produção com dominante. Sua crítica ao conceito de formação social seria a ausência ou a negligência em relação ao espaço.

Modo de produção e formação social são tanto temporalmente como espacialmente determinados. Santos afirmava “Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada [...] as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção” (1977, p. 87). Decorre-se daí a seletividade, a desigualdade espacial e a forma como cada lugar é valorizado pelos modos de produção. O modo de produção dominante buscaria se impor sobre os antigos, e estes, com suas formas espaciais e sociais são determinados pelas formas sociais do modo de produção dominante, impondo limites a própria realização “pura” do modo de produção. Já a formação social se efetiva em um espaço particular: “A história da formação social é aquela da superposição de formas criadas pela sucessão de modos de produção, da sua complexificações sobre seu ‘território espacial’ [...]” (Santos, 1977, p. 88).

Santos defendia que “A evolução da formação social está condicionada pela organização do espaço” (1977, p.89), ou seja, pela forma como o modo de produção dominante irá conferir novas formas e funções aos objetos geográficos, assim como determinar as formas-conteúdo dos objetos ultrapassados, enfrentando os limites dessa organização. Exemplifica “A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos, são igualmente elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam a prática social” (Santos, 1977, p.92). De tal forma que, com o conceito de formação socioespacial, Santos iniciou a elaboração de uma teoria espacial, não descolada da teoria social, mas também um método de análise: no sentido de que o entendimento de uma formação social e de um modo de produção também deveria passar pelo deslindamento da sua formação espacial e vice-versa.

Ruy Moreira: os arranjos espaciais e formação social

Durante os anos 80, o geógrafo carioca Ruy Moreira foi influenciado por todo esse debate, sobretudo pelo impacto das obras de Milton Santos, Yves Lacoste e Henri Lefebvre. Moreira também foi afetado pelos debates acerca das estruturas e da formação social em Gramsci e Althusser (Moreira, 2000). Seu artigo, intitulado “A geografia serve para desvendar máscaras sociais” publicado em 1995, demarca bem a influência destes autores.

No trabalho em questão, Moreira afirma que as leis que regem e explicam a estrutura social também estão contidas nas formas espaciais, portanto, o entendimento das formas espaciais ajuda a explicar a estrutura social. Os elementos do arranjo espacial, seus objetos, como fábricas e casas, estão inseridos numa lógica do arranjo espacial, que é determinado pelo modo de produção. De tal sorte que “a formação espacial é a própria formação econômico-social em sua expressão espacial, contendo a estrutura e as leis do movimento desta” (Moreira, 2008, p.67).

Numa formação social determinada, o espaço possui um papel elementar na produção e reprodução social. Moreira demonstra que numa formação social capitalista, o controle do espaço é essencial para a reprodução, perpassando pelo aspecto econômico, político e ideológico. O espaço, portanto, é estruturado em forma de “tópica”, em seus arranjos infraestruturais, o econômico, e superestruturas, o político e o ideológico, cada um exercendo um papel importante e determinando os demais. O autor define os arranjos espaciais como “uma estrutura de objetos espaciais, uma localização-distribuição organizada por objetos espaciais, uma totalidade de objetos estruturada em forma espacial” (Moreira, 2008, p.75. Vale dizer, que sob a influência de Lefebvre, Moreira incorre numa concepção de totalidade expressiva “sendo cada parte a forma específica como se manifesta o movimento multifacetado do todo” (Moreira, 2008, p.71), o que contrapõe o conceito althusseriano de totalidade-complexa-estruturada, que defendemos.

O arranjo espacial econômico é resultado das forças produtivas e das relações sociais de produção, tal como se articulam na estrutura econômica. Como força produtiva o espaço intervém tanto como meio de trabalho como objeto de trabalho, que o espaço produzido. Já enquanto relações sociais de produção, podemos exemplificar pela escala da produção e pela divisão territorial do trabalho. Podemos então analisar como em uma determinada formação socioespacial, há determinadas áreas industriais, áreas agrícolas, urbanas, mineiras, interligadas por redes de comunicação, estradas, etc. assim como desigualdades espaciais, áreas “pobres” e áreas “ricas”, e explica-las, por exemplo, pelo desenvolvimento desigual do modo de produção capitalista.

Quanto aos arranjos superestruturais, eles têm a função de regulação da instancia econômica, mobilizando o espaço como forma de controle. Façamos em primeiro lugar do arranjo espacial jurídico-político: é o arranjo correspondente aos aparelhos estatais, assim como é moldado pelo Estado (Moreira, 2008, p.74). Em outras palavras, o arranjo jurídico político é a instancia jurídica político especializada. Numa formação socioespacial capitalista, o arranjo é distribuído de modo a atender as necessidades de

modo de produção, do ponto de vista econômico e ideológico, e garantir a dominação de classe. Tal arranjo aparece na paisagem através de seus aparelhos como partições públicas, aparatos policiais e militares, escolas, sindicais, praças, dentre outras.

Por fim, temos o arranjo espacial ideológico, também é parte do arranjo superestrutural. Através dos arranjos ideológicos, que pode ser visualizado por objetos espaciais igrejas, centros culturais, cinemas e escolas vinculam-se as ideologias, tornando-as concretas, possibilitando a reprodução de uma formação socioespacial. Destaca também o papel que a ideologia tem no arranjo econômico, influenciando na valorização e mercantilização do espaço, como a especulação imobiliária em determinado bairro, ou processos de gentrificação.

Moreira aplicou esses conceitos a um estudo concreto na formação socioespacial brasileira no seu trabalho de dissertação de mestrado publicada em 1982 no livro “O movimento operário e a questão cidade-campo. Estudo sobre sociedade e espaço no Brasil” (2013). No texto em questão, o geógrafo carioca pretendia entender como a estrutura espacial de uma formação social sobredetermina e limita as lutas de classe, mas também como as práticas de luta de classe produzem contraespaços.

Destacamos que neste importante trabalho, Moreira analisou como de um lado as formas de dominação de classe arrumam o espaço no sentido de viabilizar as formas de acumulação, produção-circulação e controle, assim como formas de contestação, de contraespaço pelos trabalhadores, camponeses, proletários e demais classes exploradas e oprimidas². A análise da relação do campo-cidade, conduzida pelo autor, ajudando a explicar as estratégias tanto dos dominantes como dos dominados em diferentes fases da formação socioespacial.

Santos e Moreira, contribuíram para cunhar o conceito de formação socioespacial. Moreira acrescenta o arranjo espacial, como forma de passagem do objeto espacial, um prédio por exemplo, a uma formação socioespacial dada que congrega diversos arranjos, com a dominância de um. Os arranjos, para o autor, também contribuem para a passagem entre a formação espacial à formação social e o modo de produção, de tal modo que, ao

² Em trabalho anterior buscamos demonstrar a importância e a relevância do cientista político althusseriano Nicos Poulantzas para a geografia, ilustrando a partir desse texto de Ruy Moreira. A partir do conceito de Estado burguês de Poulantzas, Moreira pode compreender como o Estado através de seu arranjo, ordena e regula os arranjos espaciais de uma formação social, cujo centro de controle é o bloco no poder. Nosso artigo está disponível em: < <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/13558>> . Acesso em 05 de maio de 2022.

identificar um objeto no espaço é possível estudar suas relações e sistema de objetos, mas também a estrutura ou instancia que faz a parte.

Considerações finais

A posição materialista, conforme Lenin, nos obriga reconhecer a realidade objetiva do espaço e do tempo. Espaço e tempo, estão relacionados, pois não é possível isolar o tempo do espaço e vice-versa, é necessário estudar a autonomia relativa de um em relação ao outro, pois possuem especificidades.

O marxismo althusseriano contribuiu na renovação do marxismo, colocando-o em bases científicas, recuperando a descoberta realizadas por Marx e Engels e desenvolvida por Lenin e Mao Zedong. Os althusserianos, dentre outras coisas, recolocaram a problemática da estrutura para o entendimento dos modos de produção e da formação social, a partir da totalidade-complexa-estruturada e sobredeterminada. De tal sorte que priorizaram o conceito de tempo e temporalidade nos seus estudos, entendendo-os enquanto pluralidade temporal, em detrimento do espaço que aparecia mais como metáfora do que como conceito.

Ao longo desse artigo buscamos ressaltar o desenvolvimento de uma teorização acerca do espaço, a partir de intelectuais que foram adeptos, como Castells, ou que em algum momento de sua obra dialogaram com a corrente althusseriana, como no caso de Santos e Moreira. Castells buscou elaborar uma teoria espacial que explicasse o urbano, mas submetida a uma teoria social mais ampla, onde as formas sociais são explicadas a partir da estrutura social, ou seja, dos modos de produção em uma formação social com dominante. Santos, por sua vez, destacou o papel ativo do espaço e sua intervenção nas demais instancias sociais, assim como a determinação do espaço pelas outras instancias, a formação socioespacial como a materialização de uma formação social em uma “base territorial”, que encontra limites a sua reprodução, assim como precisa se diferenciar espacialmente, e se relacionar com os objetos espaciais de modos de produção anteriores. Moreira, por fim, ressaltou que a formação socioespacial é a formação social especializada, não é sua mera expressão e essência, ou seja, entender o espaço através de seus objetos e arranjos espaciais econômicos, jurídico-político e ideológicos seriam uma forma de entender a linguagem de um modo de produção concretizado em uma formação social.

Podemos tirar como aprendizado, a partir do prisma althusseriano, que o espaço não é um mero palco onde os elementos se movem no tempo, ele é estruturado e possui um papel ativo. Por ser estruturado, é produto das práticas socioespaciais, é ativo pois é uma estrutura material que condiciona/limita as práticas. Porém, não o entendemos enquanto uma estrutura com relativa autonomia, como afirma Santos, mas o espaço como o modo de produção ou formação social especializada. Logo, o espaço é uma totalidade estruturada, com arranjos econômicos, jurídico-políticos e ideológicos, assim como o tempo, ele não é absoluto, plural. Cada arranjo com sua autonomia relativa, possuem espaço-temporalidades diferenciadas uma das outras, mas são sobredeterminados com dominante.

Porém, conforme dito alhures, esse desenvolvimento foi interrompido e que necessitaria de não só resgatar seus principais elementos, conforme fizemos aqui, mas de avançar teoricamente em pesquisas que já vem sendo feitas mas através de outras vertentes do marxismo, no sentido do entendimento do espaço, da formação socioespacial e análises concretas que desvendem os conflitos socioespaciais, de classe, raça, gênero, os arranjos espaciais, o papel do Estado, dos processos de acumulação e diferenciação espacial. Consideramos que o marxismo althusseriano, dentro dos marcos do marxismo-leninismo, tem muito a nos oferecer nesse sentido.

Referencias

- Althusser, Louis; y Rancière, y Jacques, y Macherey, Pierre. (1979) **LER O CAPITAL**. Rio de Janeiro: Zahar, v.1,
- _____. Balibar, y Étienne, y Establet, Roger. (1980) **LER O CAPITAL**. Rio de Janeiro: Zahar, v.2
- _____. (2015). **Por Marx**. São Paulo: Unicamp
- _____. Teoria, prática teórica e formação teórica. Ideologia e luta ideológica. In: Althusser, Louis, y Balibar, Étienne. BARISON, Thiago (org.). **Teoria marxista e análise concreta**. São Paulo: Expressão Popular, 2017, p.27-82.
- Castells, Manuel. (2021) **A questão urbana**. São Paulo: Paz e terra, 8 ed.
- Harvey, David. (2005). **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Loyola,
- _____. (2013). **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo.
- _____. (2014). **O novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola

- Lefebvre, Henri. (1973) **A re-produção das relações de produção**. Porto: Escorpião,
- Lenin, Vladimir Ilyich. (1975). **Materialismo y empirociticismo**. Ediciones en Lenguas Extranjeras..
- Naves, Márcio Brilharinho (org.). (1975). **Presença de Althusser**. São Paulo, Campinas: UNICAMP/IFCH
- Moreira, Ruy. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: Moreira, Ruy. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. (2008). São Paulo: Contexto
- _____. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil: classes urbanas e rurais na formação da geografia operária brasileira**. (2013). Rio de Janeiro: Consequências, 2 ed
- Morfino, Vittorio. Althusser, Spinoza e a temporalidade plural. In: NAVES, Márcio Brilharinho (org.). 2010. **Presença de Althusser**. Campinas: UNICAMP/IFCH, p.89-114.
- Motta, Luiz Eduardo. (2012). O (re)começo do marxismo althusseriano. **Crítica marxista**, n.35, p.73-89
- Pedrosa, Brenno Viotto. (2013). **Entre as ruínas do muro: a história da geografia crítica sob a ótica da ideia de estrutura**. 2013. 361f. Tese (doutorado em geografia humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
- _____. 2015. A controvérsia da geografia crítica no Brasil (parte II). **Geosul**, Florianópolis, v.30, n.59, p.29-46, jan/jun.
- Pinheiro, Jair (org.). 2016. **Ler Althusser**. Marília: Oficina universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica
- Poulantzas, Nicos. 2019. **Poder político e classes sociais**. Campinas, SP: Unicamp
- Santos, Milton. 1977. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.54, p.81-100
- _____. 2012. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Nova**. São Paulo: EDUSP, 6ª ed.